

COMO FICA E O QUE PODE MUDAR NO FUNRURAL

PÁG 3



ACRIMAT PARTICIPA DE CICLO DE PALESTRAS NO PANTANAL

PÁG 4



SEMA SOLICITA RETIFICAÇÃO DOS DADOS DO CAR

Os produtores rurais de Mato Grosso precisam fazer a retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

2



PECUARISTAS APROVAM RETOMADA DE ATIVIDADES EM UNIDADES PARALISADAS

A reabertura de duas plantas frigoríficas no Estado tem impacto direto em importantes regiões produtoras de carne, nordeste, sudeste e oeste do Estado.

4

EXPEDIENTE



ACRIMAT

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Marco Túlio Duarte Soares
1º Vice-Presidente: Amarildo Merotti
2º Vice-Presidente: Luis Fernando Amado Conte
1º Diretor Secretário: Eloisa Maria Alves El Hage
2º Diretor Secretário: Mario Roberto Candia de Figueiredo
1º Diretor Tesoureiro: Oswaldo Pereira Ribeiro Júnior
2º Diretor Tesoureiro: Eduardo Borges de Souza
Diretor Relações Públicas: Ricardo Figueiredo de Arruda

EQUIPE TÉCNICA

Diretor Executivo: Luciano Vacari
Diretor Técnico: Francisco de Sales Manzi
Consultor Técnico: Amado de Oliveira
Gerente de Relações Inst.: Nilton Mesquita
Coordenadora de Marketing: Kátia Pacheco
Assessora de Imprensa: Laís Costa Marques
Designer Gráfico: Gustavo Prado
Assistente de Marketing: Rodrigo Zanuzzo
Coordenadora Adm / Financeira: Christiane Ribeiro
Analista Financeiro: Patrícia Sturnick
Analista Executiva: Paula Fernandes
Secretária Administrativa: Tuanny Paim

Assessoria Jurídica: Armando Biancardini Candia, Leonardo Gomes Bressane e Rodrigo Gomes Bressane

Reportagens e textos: Laís Costa Marques
Projeto Gráfico: Gustavo Prado
Fotos: Acervo ACRIMAT/ FAMATO

CONTATO

www.acrimat.org.br
 acrimat@acrimat.org.br
 @acrimat
 acrimat.associacao

Endereço: Rua Engenheiro Edgard Prado Arze, nº 1.777, Edifício Cloves Vettorato - Centro Político Administrativo Cuiabá-MT | 78.049-015
Telefone: 65 3622-2970

Região Centro-Sul
 José Renato Lemos Meirelles
 Cristóvão Afonso da Silva

Região Noroeste
 Jorge Basílio
 Raphael Schaffel Nogueira

Região Nordeste
 Marco Antônio Dias Jacinto
 Anísio Vilela Junqueira Neto

Região Médio-Norte
 Wilson Antonio Martinelli
 Livônio Brustolin (In Memoriam)

Região Oeste
 Túlio Roncalli Brito Costa
 Cristiano Alvarenga Souza

Região Sudeste
 Marcelo Vendrame
 Maria Ester Tiziani Fava

Região Norte
 Agenor Vieira de Andrade Neto
 Celso Crespim Beviláqua

Região Do Arinos
 Jorge Mariano de Souza
 José Lourenço Detomini



Criado em 2011, o IPA congrega entidades representativas do setor produtivo rural que debatem estratégias para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. E a Acrimat é presença permanente para representar a pecuária de corte mato-grossense em âmbito nacional.

Foi de lá que acompanhamos as discussões, propostas e andamentos do futuro do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), da reforma na legislação trabalhista e questões mais específicas, como a alteração na composição da vacina contra aftosa.

Acreditamos que nossa participação no IPA e, conseqüentemente, nas discussões da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), possibilita manter a entidade e seus associados atualizados sobre os principais assuntos que permeiam a política nacional e que possuem influência direta em nosso negócio. Mais ainda, permite sermos representados e termos voz para o desenvolvimento de um setor forte, seguro e desenvolvido.

Por Marco Túlio Duarte Soares
 Presidente da Acrimat

O fortalecimento do agronegócio passa, impreterivelmente, pela união dos agentes envolvidos para a discussão e formatação de políticas para a promoção das cadeias produtivas. Quando falo em políticas, não é da partidária eleitoral que me refiro, mas do conjunto de ações que surgem dos debates entre todos os envolvidos.

Dentro da macro esfera chamada política, desenvolvemos ações econômicas, sociais e ambientais que permeiam a agropecuária nacional. Para isso, a Acrimat integra o Instituto Pensar Agro (IPA) ao lado de outras 41 entidades de todo o país.

SEMA SOLICITA RETIFICAÇÃO DOS DADOS DO CAR



Os produtores rurais de Mato Grosso precisam fazer a retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). Por meio da Lei Complementar nº 592, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), no dia 26 de maio deste ano, e regulamentados pelo Decreto nº 1.031, de 02 de junho, ficou definido o novo sistema de cadastro ambiental, o Simcar, e o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

A mudança diz respeito a gestão do sistema, que volta a ser de responsabilidade do governo estadual. Por isso, para que o CAR antigo tenha validade, é fundamental fazer a retificação de dados. De acordo

com a Sema, é partir da retificação que será feita a análise dos cadastros e de regularização ambiental.

O consultor técnico da Acrimat, Amado de Oliveira, explica que o novo sistema é mais detalhado e orienta que os produtores busquem profissionais da área para realizar a retificação. “As informações solicitadas são técnicas e para evitar equívocos ou complicações, é melhor contratar um engenheiro agrônomo ou florestal para efetuar o cadastro”.

Sem o Simcar, os produtores ficam impedidos de obter licenciamentos ambientais ou até mesmo contratar crédito junto às instituições financeiras.

A ACRIMAT VAI PROPOR QUE FPA APRESENTE EMENDAS À MP DO FUNRURAL

A Medida Provisória 793/2017, com o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) junto à Secretaria da Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a MP do Funrural, é reconhecida como um avanço pelo setor produtivo do agronegócio após 10 anos de discussões. Apesar de ainda haver pontos que podem ser melhorados, a redução de 2,3% para 1,5% na alíquota da contribuição é o principal ponto conquistados pelos produtores.

A adesão ao programa, no entanto, depende de uma avaliação mais aprofundada de alguns pontos e da análise das emendas que serão apresentadas. A Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) vai propor à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) a apresentação de algumas sugestões de emendas à medida.

Entre os principais itens presentes na MP do Governo Federal estão a possibilidade de parcelamento dos débitos, o desconto de 25% das multas de mora e de ofício e dos encargos legais, e 100% dos juros de mora, e, principalmente, a alíquota de 1,2% para o recolhimento do Funrural, mais 0,1% para seguro de acidente de trabalho e 0,2% para destinação ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), a partir de janeiro de 2018. Antes a proposta era que a alíquota fosse de 2,3% se somadas as partes.

O presidente da Acrimat, Marco Túlio Duarte Soares, ressalta que houve avanços importantes, sobretudo com relação à redução alíquota que será cobrada e da possibilidade de regularização dos débitos.

“Os produtores estão em busca da regularização e os passivos existentes não foram adquiridos por irresponsabilidade, mas com base em decisões judiciais que permitiram o não pagamento por meio de liminares. Agora, antes de ficar em dia com o fisco, eles precisam ter certeza de que este é o melhor caminho. Reconhecemos o esforço para encontrar a melhor solução para todos os lados”, avalia o líder.

Para a entidade que representa os produtores de carne de Mato Grosso, alguns ajustes podem ser feitos para aprimorar a medida apresentada, como o direito de escolher se o recolhimento será sobre a folha de empregados ou sobre o faturamento; o recolhimento do Funrural apenas na comercialização/venda para a indústria frigorífica; o recolhimento via

DARF pelo produtor sobre o valor da venda para indústria frigorífica; e a substituição da taxa SELIC pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Em nota, a FPA destacou que única pauta da FPA atendida pela MP do Funrural, de fato, foi a diminuição da alíquota de contribuição de 2,3% para 1,5% sobre a produção, a partir de janeiro de 2018. Porém, o fato de o governo federal criar alternativa para regularizar a situação dos produtores e permitir a discussão/aperfeiçoamento no Congresso Nacional foi favorável para os dois lados.

Principais pontos da MP do Funrural

Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) – Regulariza débitos existentes relativos a contribuições com o Funrural vencidos até 30 de abril de 2017.

Adesão – Será feita por meio de requerimento até o dia 29 de setembro.

Produtor rural pessoa física – Na adesão, o produtor rural terá de pagar no mínimo 4% do valor total da dívida bruta (sem descontos) em até quatro parcelas

entre setembro e dezembro de 2017. Para o saldo restante da dívida, serão descontados 100% dos juros e 25% das multas e encargos legais. O pagamento será dividido em 176 meses (14 anos e oito meses). Se ao final do prazo de 176 meses ainda houver resíduo a pagar, esse montante poderá ser parcelado em 60 meses, sem reduções.

Produtor rural pessoa jurídica – O programa não se aplica ao produtor pessoa jurídica. A FPA vai trabalhar no Congresso para a inclusão de pessoas jurídicas no PRR.

Adquirentes – São aqueles que compram produtos agropecuários para agregar-lhes valor, como os frigoríficos, por exemplo. Para os que devem menos de R\$ 15 milhões, as regras são as mesmas do produtor pessoa física. Para as dívidas superiores a R\$ 15 milhões, o valor será parcelado em 166 meses.

Resíduos – Caso haja resíduos a pagar após os 15 anos, o valor será parcelado em até 60 vezes fixas mensais.

Com informações da FPA.

PROPOSTAS DA ACRIMAT:

- Direito de escolher se o recolhimento será sobre a folha de empregados ou sobre o faturamento;
- O recolhimento do Funrural apenas na comercialização/venda para a indústria frigorífica;
- O recolhimento do FUNRURAL via DARF pelo produtor sobre o valor da venda para indústria frigorífica;
- A substituição da taxa SELIC pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

PECUARISTAS APROVAM RETOMADA DE ATIVIDADES EM UNIDADES PARALISADAS

A reabertura de duas plantas frigoríficas no Estado tem impacto direto em importantes regiões produtoras de carne, nordeste, sudeste e oeste do Estado. A unidade do grupo Mafrig Global Food reiniciou suas atividades em Nova Xavantina no dia 25 de julho e, em Mirassol do Oeste, uma unidade do Minerva Foods também foi reaberta em julho.

A reabertura de plantas frigoríficas é uma das ações defendidas pela Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) para a retomada do mercado sustentável no setor. O fechamento de unidades desde a crise econômica de 2008 e consequente concentração da indústria frigorífica prejudicaram o mercado da carne, principalmente para os produtores rurais.



O representante regional da Acrimat em Vila Rica, Anísio Vilela, explica que a retomada de uma unidade ainda é pouco perto do número de plantas que estão fe-

chadas, mas que já representa um avanço. “Neste momento, a reabertura em Nova Xavantina será positiva para todos nós, mas precisamos que mais indústria voltem a abater para garantia de um mercado mais justo”.

O presidente do Sindicato Rural de Araputanga, cidade vizinha a Mirassol do Oeste, Selmo Cristino, afirma que a reabertura da unidade movimentou a economia de toda a região, inclusive o comércio devido à geração de empregos.

De acordo com o grupo Mafrig, a expectativa é que 900 postos de trabalho, diretos e indiretos, sejam criados com a reabertura da unidade de Nova Xavantina. Ainda segundo a empresa, a retomada das atividades foi em função de haver maior oferta de bovinos para abate, provocada, sobretudo, pelas características atuais desse mercado na região.

ACRIMAT PARTICIPA DE CICLO DE PALESTRAS NO PANTANAL

EVENTO BUSCOU MOSTRAR ALTERNATIVAS PARA MELHORAR ÍNDICES NAS PROPRIEDADES DA REGIÃO



A Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) participou do 1º Ciclo de Palestras Bioma Pantanal, realizado em seis municípios pantaneiros no Estado. Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Pantanal, situada em Mato Grosso do Sul, apresentaram aos produtores as características da região e meios de melhorar a produtividade e sustentabilidade dos negócios.

Promovido pela Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), em parceria com os sindicatos rurais, o evento percorreu os municípios de Mi-

rossol do Oeste, Cáceres, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Cuiabá e Rondonópolis e ainda visitou propriedades para conhecer os modelos produtivos. Na oportunidade, a Embrapa apresentou o programa Fazenda Sustentável Pantaneira, uma tecnologia desenvolvida pelo instituto para apontar os indicadores da propriedade e ferramentas para melhorar os índices de produtividade.

O pesquisador e palestrante do evento, José Aníbal Comastri Filho explica que o grande desafio das propriedades do Pantanal é elevar os índices de produtividade e comprovar a sustentabilidade do negócio,

em todos os aspectos. “As fazendas da região tiveram suas dimensões reduzidas e com isso rentabilidade também diminuiu. Os produtores precisam encontrar e aplicar tecnologias para elevar esses índices para que o negócio seja sustentável”.

O produtor de Poconé e representante regional da Acrimat, Cristóvão da Silva, explica que os pecuaristas da região estão em busca de alternativas que melhorem os resultados no campo e que, eventos como esses, aproximam os centros de pesquisa da realidade. “Queremos que iniciativas como essas tenham continuidade para promoção da atividade. Precisamos melhorar as condições das propriedades no Pantanal para garantir a permanência do produtor”.

O 1º Ciclo de Palestras Bioma Pantanal foi realizado de 31 de julho a 04 de agosto.

Fazenda Sustentável Pantaneira

A Embrapa Pantanal desenvolveu uma ferramenta para auxiliar os produtores a mensurar os números da fazenda e assim identificar pontos para serem melhorados e, principalmente, para comprovar a sustentabilidade do negócio. O Fazenda Sustentável Pantaneira é um programa que permite aos produtores inserirem os dados da fazenda, desde custos, insumos e resultados e a partir do cruzamento das informações traçar metas.

A ferramenta já está disponível, mas deverá passar por alguns ajustes para se adequar às características das fazendas mato-grossenses.